

ATA DA 025ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA
3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 18 DE SETEMBRO DE 2013
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JOARES
PONTICELLI

Às 16h18, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Ana Paula Lima - Angela Albino - Arnaldo Moraes - Carlos Chiodini - Ciro Roza - Dado Cherem - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Edison Andrino - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Jailson Lima - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - Jorge Teixeira - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Marcos Vieira - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Padre Pedro Baldissera - Reno Caramori - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valmir Comin - Volnei Morastoni.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão extraordinária.

Passaremos à Ordem do Dia.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0309/2013.

Ao presente projeto foi apresentada uma emenda modificativa e uma subemenda modificativa.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada a redação final da presente matéria.

Esta Presidência comunica que encaminhará aos destinatários as Indicações n.s: 0591/2013 e 0592/2013, de autoria da deputada Ana Paula Lima; 0593/2013, de autoria do deputado Arnaldo Moraes, e 0594/2013, de autoria da deputada Luciane Carminatti, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno.

Esta Presidência comunica que defere os Requerimentos n.s: 0999/2013, de autoria do deputado Jean Kuhlmann; 1.001/2013, de autoria da deputada Dirce Heiderscheidt; 1.002/2013, de

autoria da deputada Ana Paula Lima; 1.003/2013, de autoria do deputado Maurício Eskudlark; 1.008/2013, de autoria do deputado Neodi Saretta; 1.009/2013, de autoria da deputada Luciane Carminatti.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Peço licença à deputada Luciane Carminatti para subscrever com ela esse requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a concordância da autora, a deputada Ana Paula Lima subscreve o Requerimento n. 1.009/2013.

Requerimentos n.s: 1.010/2013, 1.011/2013 e 1.012/2013, de autoria do deputado Carlos Chiodini; 1.013/2013, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera.

Requerimento n. 1.000/2013, de autoria da deputada Ana Paula Lima e outros, que solicita envio de mensagem ao presidente da Câmara de Vereadores de Rio do Sul, pedindo cópia do relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito da Saúde, de Rio do Sul, para análise.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento n. 1.004/2013, de autoria do deputado Mauro de Nadal, que solicita o envio de mensagem ao superintendente regional do DNIT, pedindo que informe de quem é a responsabilidade pela realização da recuperação "tapa buracos" na BR-163.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento n. 1.005/2013, de autoria do deputado Mauro de Nadal, que solicita envio de mensagem ao superintendente regional do DNIT, pedindo informações acerca da data do processo homologatório de licitação da BR-282, trecho entre os municípios de São Miguel d'Oeste e Xanxerê, qual empresa vencedora, quais serviços serão executados, prazo e valor contratado.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento n. 1.006/2013, de autoria do deputado Mauro de Nadal, que solicita envio de mensagem ao superintendente regional do DNIT, pedindo informações acerca da data do processo homologatório de licitação da BR-158, trecho entre os municípios de Maravilha e Iraí, no estado do Rio Grande do Sul, empresa vencedora, quais serviços serão executados, prazo para execução e valor contratado.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento n. 1.007/2013, de autoria do deputado Neodi Saretta, que solicita o envio de mensagem ao reitor da Udesc, pedindo informações acerca da equipe que faria estudos de quais e quantos cursos seriam implantados no campus de Joaçaba, conforme proferido pelo governador do

estado, em ato solene, no processo de instalação do polo de Joaçaba.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Moção n. 0096/2013, de autoria da deputada Luciane Carminatti, a ser enviada ao secretário estadual da Educação e ao reitor da Udesc, pedindo apoio à criação e implantação do curso de Licenciatura em Dança.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada a matéria.

Não há mais matéria na pauta da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Com a palavra o deputado Serafim Venzon.

(Pausa)

Na ausência do deputado Serafim Venzon, com a palavra o deputado Padre Pedro Baldissera, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, eu gostaria, mais uma vez, de dizer que na comissão de Legislação Participativa temos construído uma série de audiências públicas para debater o projeto de lei que institui o Conselho Estadual da Juventude no estado de Santa Catarina.

Queremos socializar neste Parlamento alguns dados que julgo importantes e, ao mesmo tempo, socializar as datas das audiências públicas que irão acontecer no final dos meses de setembro, outubro, novembro, pelo interior do nosso estado, levando esse debate às diferentes regiões, uma oportunidade de envolver a nossa juventude neste

rico e importante debate que é a Instituição do Conselho Estadual da Juventude.

Eu tenho em diversos momentos trazido esse debate, até tendo em vista a militância que tenho construído ao longo de toda a história, principalmente dentro da Pastoral da Juventude, na Pastoral da Juventude Rural. Ao mesmo tempo também temos feito parte dos movimentos sociais, organizados, a partir e à luz da nossa juventude.

Quero dizer que hoje são mais de 50 milhões de jovens entre 15 anos e 24 anos, no território nacional, sendo que mais de seis milhões residem no setor rural, fazem parte da nossa agricultura familiar, da nossa agricultura camponesa e têm o grande desafio da produção, da subsistência do alimento para si, para a família e para uma grande parcela da sociedade que se alimenta desses produtos, frutos do trabalho da nossa juventude junto com suas famílias.

Apesar dos extraordinários esforços empreendidos para melhorar as condições objetivas desses nossos jovens, ainda temos e enfrentamos uma realidade muito dura, sofrida por uma grande parcela dessa juventude.

Hoje, menos de 20% desses jovens têm acesso à universidade. É um percentual muito baixo, para poder responder aos grandes anseios vividos por essa classe de jovens no nosso país.

Segundo dados do último levantamento do ministério da Justiça realizado em 2007, 60% da população carcerária do país tem entre 18 e 29 anos. É uma realidade dura, triste, quando nós nos confrontamos com este dado: 60% da nossa população carcerária está entre esta faixa etária de 18 a 29 anos.

E sabendo que temos ainda mais de um milhão de jovens analfabetos neste nosso país. Neste momento em que estamos vivendo não dá para imaginar que um milhão de jovens ainda faltam para ser alfabetizados. Que pena, numa sociedade em que defendemos a inclusão social, a dignidade, a cidadania.

Uma pesquisa realizada pela Unesco, no início da década, aponta que apesar de todo esse quadro

de dificuldades, 84% da nossa juventude, dos jovens brasileiros, acreditam no próprio poder de transformar o mundo, a conjuntura e a realidade em que estão vivendo. Estão revestidos de muita esperança e acreditam num país novo, diferente, num país bom de viver. E aqui o nosso reconhecimento ao dinamismo dessa nossa juventude que alimenta, deposita esperança e acredita num novo mundo.

Outro dado positivo é que quase 20 milhões desses jovens já participaram, ou participam, de alguma forma associativa, como movimentos sociais, sindicatos, partidos políticos, pastorais sociais, e acreditam em alguma forma de organização. Como é bom isso.

Nesta manhã, nesta Casa, a pedido do deputado Dirceu Dresch, foi realizada uma audiência pública para discutir o Estatuto da Juventude feito por muitas mãos, muitas lideranças e que vem pautando várias iniciativas e várias políticas públicas tão necessárias e fundamentais. Então, o nosso reconhecimento ao governo da presidente Dilma Rousseff por esse importante avanço.

Nós queremos, nessa mesma direção, realizar as nossas audiências públicas no interior do nosso estado e aqui na Grande Florianópolis para debater e discutir a instituição do Conselho Estadual da Juventude.

Para tanto, teremos uma audiência pública em Criciúma, no dia 30 de setembro, às 19h; outra em Joinville, no dia 3 de outubro, também às 19h; outra em Curitiba, no dia 24 de outubro, também às 19h; outra em Chapecó, no dia 25 de outubro, às 19h, e uma aqui em Florianópolis, encerrando todo esse trabalho, no dia 5 de novembro, às 9h. Portanto, fica aqui o convite a toda sociedade, e, de maneira muito especial, a nossa juventude, para que participe das audiências.

Para concluir, sr. Presidente, reforço aqui o convite à nossa juventude para que de fato participe, independentemente de segmento. É importante que toda a representação da nossa juventude esteja presente, para que possamos fazer um grande debate e consolidarmos até este final de

ano o projeto que institui o Conselho da Juventude no estado de Santa Catarina.

Era isso, sr. presidente.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Com a palavra a sra. deputada Ana Paula Lima, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. Presidente, deputado Joares Ponticelli, sra. deputada Luciane Carminatti, srs. parlamentares, quem nos acompanha pela TVAL e Rádio Digital, o assunto foram os Conselhos da Juventude, mas a minha manifestação hoje é para falar sobre crianças.

É com grande satisfação que venho a esta tribuna para falar de vida, para falar de crianças, para falar dos avanços que têm acontecido no nosso país, nos últimos anos.

Isso aconteceu por causa das políticas públicas acertadas que revelam o compromisso com a qualidade de vida de toda a nossa população, especialmente aquelas que vinham sendo esquecidas por muitos e muitos anos, por muitos e muitos governos anteriores, que permitem ao Brasil o reconhecimento internacional.

Esse reconhecimento é baseado em dados objetivos, que comprovam que os investimentos em inclusão social são uma prioridade tanto dos governos do presidente Lula como na gestão da presidente Dilma Rousseff.

Na última sexta-feira, dia 13 de setembro, em Nova York, Estados Unidos, o Brasil foi destacado como um dos países que mais tem se destacado no propósito de reduzir a mortalidade infantil.

O relatório aponta que, se forem confirmadas as tendências atuais, infelizmente o mundo não conseguirá atingir o objetivo de desenvolvimento do quarto milênio, ou seja, diminuir em dois terços a taxa de mortalidade de crianças com idade inferior a cinco anos, até 2015. Mesmo assim, e em movimento diferenciado em relação a alguns outros lugares do planeta, o Brasil é reconhecido como um destaque positivo na luta contra a mortalidade infantil.

O documento da agência das organizações das Nações Unidas, ONU, divulgado na sexta-feira, informa que a taxa de mortalidade infantil de crianças menores de cinco anos no Brasil caiu 77% entre os anos de 1990 e 2012.

Apesar de os dados serem relativos aos últimos 22 anos, também fica claro nos registros que foram os últimos dez anos que aceleraram os dados brasileiros de proteção às nossas crianças.

De acordo com dados da ONU, a redução da taxa de mortalidade infantil em nosso país é superior à taxa mundial, que foi de 47%. Com isso, o nosso país conseguiu alcançar o objetivo do milênio para a redução da taxa da mortalidade infantil quatro anos antes do prazo estabelecido. E essa informação é do ministério da Saúde.

Bem, chegamos a esses resultados por determinação política e pela certeza do projeto de país que queremos construir, correspondendo às expectativas da população brasileira.

Todos esses avanços estão diretamente ligados ao caráter responsável, humanitário do nosso governo, que ampliou o acesso da população aos serviços de atenção básica de saúde, através de equipes da saúde da família, que é a estratégia de saúde da família.

Cito os melhores cuidados na assistência de mães, de bebês, no pré-natal, no parto e no pós-parto. Muitos fatores contribuíram para esse resultado do qual falamos, desde os investimentos no saneamento básico, as campanhas de vacinação, inclusive ampliando o número de doenças que podem ser agora coibidas com a vacinação, os programas de saúde da mulher, também foi muito desenvolvido nos últimos anos. E quero aqui salientar que nos anos 80 as principais causas de óbito no nosso país estavam relacionadas principalmente às doenças infectocontagiosas. Mas houve um declínio dessas causas e cresceu a incidência de causas na mortalidade infantil decorrentes da gravidez, do parto e do nascimento. Esse último, o parto, representa 50% das causas de óbito no primeiro ano de vida dessas crianças, ações combinadas com toda uma estratégia de atendimento, que vai desde os

esforços para prestar assistência nas comunidades, até as campanhas que conscientizam as mulheres, as mães, para a importância de aleitamento materno, incentivando o aleitamento materno nessas mulheres.

Quando comemoramos a redução de 77% na mortalidade infantil em nosso país, é realmente interessante que pensemos na combinação desses fatores que possibilitaram esses resultados maravilhosos que vivenciamos na última sexta-feira, dia 13 de setembro, que foram os dados do ministério da Saúde e da Organização das Nações Unidas.

Crianças que antes estavam condenadas à morte, hoje estão nas escolas protegidas pela sociedade, vivendo novas possibilidades de vida. Além das ações na área da saúde, que já mencionei anteriormente, temos um impacto altamente positivo do inovador Programa de Bolsa Família. Certamente a inclusão social, a distribuição de renda, são fatores que contribuem muito para a redução das taxas de mortalidade infantil.

Lembro que não faltaram muitas incompreensões em relação ao Bolsa Família, hoje um programa que comprovadamente foi estratégico para a população. Através do Bolsa Família, srs. parlamentares, estamos conseguindo inclusão, renda, saúde e educação para homens e mulheres do nosso país.

Falo das incompreensões, porque há desafios que precisam ser enfrentados. Foi assim com o Bolsa Família e agora com o Programa Mais Médicos, através do qual o ministério da Saúde pretende ampliar o atendimento público para os lugares mais longínquos do nosso país, onde precisamos desse atendimento à nossa população.

Graças a Deus esses médicos chegaram e logo a nossa população vai estar mais tranquilizada, porque é naqueles lugares mais carentes que mais precisam de uma atenção do governo. É assim que se faz um país forte e soberano, onde todos possam desfrutar do desenvolvimento.

Temos inúmeros desafios na proteção da nossa infância e na busca de reduzirmos ainda mais a

mortalidade infantil, mas temos a consciência de que estamos no caminho certo.

É preciso, para isso, determinação, coragem de adotar políticas públicas ousadas e ter a paciência de colher resultados e depois mostrar esses resultados. Falarmos sobre eles, dialogarmos sobre eles, corrigir se for necessário, implementar, se faz necessário a cada dia.

Muito obrigada, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Muito obrigado, deputado Ana Paula Lima.

O último orador inscrito é o sr. deputado Silvio Dreveck.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Sr. presidente e srs. deputados, ontem, participamos de uma audiência pública em São Bento do Sul, organizada pela Fatma - Fundação do Meio Ambiente.

Chamou-me a atenção que, se tratando praticamente do município de São Bento do Sul e um pouco de Campo Alegre, num mesmo curso de água serão construídas mais seis PCHs.

Quero destacar a apresentação da empresa, que é liderada pelo empresário Frank Bollmann, e das consultorias que fizeram o projeto, já antecipando a construção dessas pequenas centrais hidrelétricas e antecipando a recuperação de determinadas áreas que não foram degradadas por essa empresa, mas por atividades de outras empresas e pessoas, no sentido de recompor a mata nativa.

É impressionante que com sete PCHs apenas 10h serão usados para a construção de barragens, por conta da topografia daquela região, no rio Vermelho e o rio Natal. Além disso, elas produziram 26,5 megawatts. Portanto, elas trarão uma energia limpa, de baixo custo, com pequeníssimo impacto ambiental, se comparadas com outras hidrelétricas maiores.

Até fazer um comparativo com a Usina Belo Monte, no sul do Pará, fica difícil. É incomparável. Por mais que haja hoje essa preocupação com o impacto ambiental, mesmo assim uma grande hidrelétrica tem um impacto ambiental

maior. Mas o impacto ambiental é ainda menor do que com a energia fóssil, petróleo; e o risco bem menor do que com a energia nuclear.

De qualquer modo a hidrelétrica é energia mais limpa, mais barata, mais prática, é renovável. E nós conhecemos, deputado Reno Caramori, a empresa que vai construir, que é liderada pelo o empresário Frank Bon, que adquiriu um equipamento que vai perfurar as rochas, que são grandes jazidas de pedras, naquela região, de um lado para outro, com o equipamento que faz o túnel e não cria nenhum impacto ambiental, porque não vai ter explosão. Faz um tipo de rosca e ao mesmo tempo conduz material que vai cortando, dando condição de tirar fora do túnel e automaticamente abrir.

Nós tivemos ontem uma verdadeira aula de tecnologia, além de conhecer um projeto maravilhoso que vai produzir energia, porque o estado de Santa Catarina produz pouca, a grande maioria ainda é adquirida de outras empresas. Portanto, eu queria relatar com muita satisfação que a nossa região terá mais produção de energia elétrica.

O Sr. Deputado Reno Caramori- V.Exa. me permite um aparte?

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Pois não!

O Sr. Deputado Reno Caramori- Deputado, v.exa. com toda propriedade mostra a evolução do mundo da tecnologia moderna que está vindo há bastante tempo para o estado.

Nós tivemos época que não se podia fazer nada. Mas estamos dotando o estado com pequenas hidrelétricas. Temos algumas situações que o deputado Arnaldo Moraes vai trazer, na próxima semana, como o problema da Usina Pai Querê, no rio Pelotas, na divisa de Lages com o Rio Grande do Sul, programada para 282 megawatts. E o Ibama está criando problema, não permitindo, não dando licenciamento ambiental.

A empresa está solicitando nos órgãos competentes para ver se reverte a situação. Não vai atingir praticamente nada. São duas regiões que só têm volume de água, praticamente não tem moradores por perto.

Por outro lado, existem regiões que precisam desalojar centenas de pessoas.

O deputado Arnaldo Moraes trará o relatório completo e as soluções possíveis para a usina e região.

O Sr. Deputado Arnaldo Moraes - V.Exa. me permite um aparte?

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Pois não!

O Sr. Deputado Arnaldo Moraes - Como o deputado colocou nós recebemos, na semana passada, a notícia de que o Ibama deu negativa a construção da usina Pai Querê, rio Pelotas, divisa de Santa Catarina com o Rio Grande do Sul, atinge o município de Lages, Bom Jesus e São João. Como disse o deputado, não serão dez famílias que serão desalojadas do seu local. As áreas atingidas são propriedades com poucas famílias, ao contrário da usina Garibaldi, no rio Canoas, onde mais de 500 famílias foram atingidas, e o Ibama liberou licença para a instalação.

Nós solicitamos na Procuradoria da República os dados oficiais para apresentarmos aos deputados e encaminhar ao Ibama.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Muito obrigado, deputado Arnaldo Moraes.

Ao passo que registro aqui um fortalecimento na Casa com o PP 100% presente e com a colaboração do deputado Padre Pedro Baldissera, que é para nós uma referência, além do Parlamento, um homem público.

Para concluir, deputado Reno Caramori e deputado Arnaldo Moraes, repito que a energia renovável através da água é a mais limpa de todas, mas a do petróleo ainda, hoje, no Brasil há uma grande utilização.

Então, muitas vezes vemos esses exemplos que v.exas. citaram de que há uma dificuldade de liberação por conta de um pequeno alagamento, mas ao mesmo tempo se olha a grande poluição que traz o petróleo, que é energia fóssil, em detrimento de uma pequena hidrelétrica que muitas vezes leva muito tempo para liberar.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Muito obrigado, deputado Silvio Dreveck. E a nossa bancada está sempre 100% presente com as bênçãos do deputado Padre Pedro Baldissera, pois foi ele que lembrou esse episódio.

Esta Presidência registra com muita alegria a presença nas nossas galerias, hoje, do vereador Lucas de Souza Esmeraldino, de Tubarão, que nos visita.

Seja bem-vindo.

Também registramos a presença do prefeito de Belmonte, sr. Genésio Bressioni.

Não havendo mais oradores inscritos, livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, especial, para hoje, às 19h, em homenagem aos Consegs.

Está encerrada a sessão.